

Modelo integrado fortalece conservação e valoriza comunidades nos parques estaduais de Minas Gerais

Sex 13 março

A gestão dos Parques Estaduais de Minas Gerais tem avançado com a adoção de um modelo integrado que articula conservação da biodiversidade, uso público responsável e geração de valor social, ambiental e econômico nos territórios. A estratégia, conduzida pelo [Instituto Estadual de Florestas \(IEF\)](#), reforça o papel das Unidades de Conservação como espaços de proteção ambiental e, ao mesmo tempo, de valorização das comunidades que vivem em seu interior e entorno.

A proposta reconhece essas populações como parceiras estratégicas na conservação. A presença, os conhecimentos tradicionais e as práticas históricas dessas comunidades são considerados elementos fundamentais para a efetividade das ações de proteção ambiental no estado.

O manejo dos parques passa a incorporar, de forma estruturada, critérios ecológicos, sociais e econômicos. A diretriz é assegurar a manutenção dos processos ecológicos, a proteção dos habitats e a regeneração dos recursos naturais, sem desconsiderar a realidade e as dinâmicas locais.

Segundo o gerente de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do IEF, Edmar Monteiro Silva, essa integração fortalece a política ambiental mineira. “Quando incorporamos critérios ecológicos, sociais e econômicos ao manejo e à visitação, reconhecemos que as comunidades são aliadas da conservação e que seus saberes e práticas contribuem tanto para a manutenção dos ecossistemas quanto para a geração de valor local”, afirma.

Entre as diretrizes adotadas estão práticas de baixo impacto ambiental, alinhadas aos ciclos naturais e ao uso racional dos recursos. O objetivo é garantir a integridade dos ecossistemas e, simultaneamente, fortalecer os modos de vida locais, em consonância com a missão institucional do IEF.

A visitação pública planejada também integra esse modelo. Os Parques Estaduais se consolidam como territórios estratégicos para a oferta de serviços ecossistêmicos associados ao lazer, à contemplação e ao contato com a natureza. Além de ampliar o acesso da população a áreas protegidas, a visitação contribui para benefícios à saúde física e emocional dos visitantes.

Para assegurar equilíbrio entre uso e conservação, são adotados instrumentos de gestão como regras claras para o uso público, manejo adequado de trilhas e implantação de infraestrutura compatível com a proteção ambiental. Em unidades que abrigam comunidades residentes, a visitação ganha dimensão adicional por meio do Turismo de Base Comunitária, que integra conservação, valorização cultural e geração de renda.

Essa modalidade fortalece as economias locais e promove experiências mais autênticas para os

visitantes, que passam a compreender as formas de relação das comunidades com o território. O contato direto com essas realidades amplia a percepção sobre a convivência harmônica entre sociedade e natureza, estimulando práticas mais sustentáveis dentro e fora das Unidades de Conservação

Os saberes tradicionais ocupam papel central nesse modelo. Práticas como a roça de coivara, o cultivo em áreas de capoeira e o manejo por pousio respeitam os ciclos ecológicos e a capacidade de regeneração dos ecossistemas, contribuindo para a produção de alimentos, o artesanato e a proteção do solo.